



Ata da Reunião do Conselho Municipal de Educação da Lousã, de 8 de outubro de 2025

Ao oitavo dia do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, nesta vila da Lousã, reuniu no auditório da Biblioteca Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação da Lousã (adiante designado CMEL) com a presença dos seguintes representantes: — da Câmara Municipal da Lousã (Vice-Presidente e vereadora com o pelouro da Educação Henriqueta Oliveira); da Direção do Agrupamento de Escolas da Lousã - adiante AEL, em substituição do Diretor (Olga Quaresma); da STATUS – Escola Profissional da Lousã – em substituição da Direção (Marília Rodrigues); da ARCIL (João Canossa Dias); da Assembleia Municipal (Ana Ferreira); do pessoal docente do Pré-Escolar (Maria Guilhermina Antunes); das IPSS – Activar (Fernanda Vaz); do Centro de Saúde da Lousã – em substituição da Delegada de Saúde (Rosário Agostinho) ; da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (Ana Ester Dias); do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social (Anabela Denguncho); do pessoal docente do Ensino Básico (Miguel Matos); das Associações de Pais (Elisabete Pires, Liliana Serra – em substituição de Manuela Lopes e Raquel Faria); do pessoal docente do 1.º CEB (Sílvia Carrilho); do pessoal docente do Ensino Secundário (Maria Leonor Simões) e da Associação de Estudantes da Escola Secundária da Lousã (Catarina Lemos). —————

Participaram ainda, como convidados do ponto 3 da Ordem de Trabalhos, os técnicos da Bizfuture, empresa responsável pela elaboração da Carta educativa, nomeadamente Hugo Teixeira e André Silva. —————

Estiveram ainda presentes os técnicos da Equipa de Educação: Carlos Batista, Fátima Costa, João Cruz e Vânia Moreira. —————

Não estiveram presentes os representantes: dos Serviços de Emprego e Formação Profissional da Lousã (Catarina Marques de Sá); das Juntas de Freguesia do Concelho (Helena Correia); da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - Direção de Serviços da Região Centro (Rigoberto Correia); da GNR da Lousã (Comandante Jorge Cruz); do Instituto Português do Desporto e da Juventude - adiante IPDJ (Celeste Moura); do Conselho Pedagógico do AEL (Ana Paula Magro) e do Conselho Municipal de Juventude – representantes da Associação de Estudantes da STATUS - Escola Profissional da Lousã. —————

Às 14h30 deu-se início aos trabalhos. —————

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1 - Informações
- 2 – Balanço Ana Letivo 2025/2026
- 3 – Carta Educativa
- 4 – Outros Assuntos

A Sra. Vereadora do Pelouro da Educação, Henriqueta Oliveira, saúda os presentes, dirigindo-se a todos. De seguida e não se tendo verificado correções à ata da última reunião, esta foi aprovada por unanimidade. —————

De seguida a Sra. Vereadora tomou a palavra para solicitar uma alteração à Ordem de Trabalhos, propondo que o ponto relativo à Carta Educativa fosse discutido em primeiro lugar, uma vez que alguns conselheiros teriam de se ausentar antes do final da reunião e, tratando-se de um documento que deveria ser objeto de parecer, era importante

garantir quórum suficiente para a sua apreciação. Não havendo objeções a esta proposta de alteração, passou-se ao ponto respeitante à Carta Educativa, tendo a Sra. Vereadora referido que o documento fora previamente enviado aos conselheiros, de modo a permitir a análise e a apresentação dos contributos considerados pertinentes. Alguns conselheiros informaram, contudo, que apenas haviam recebido o documento na passada sexta-feira, dia 3, mas que, ainda assim, procederam à sua análise. Verificou-se, portanto, que existiram dificuldades no envio do documento, situação que foi lamentada, e que se terá devido a constrangimentos relacionados com o endereço de correio eletrónico a partir do qual os documentos foram remetidos. A Sra. Vereadora reforçou ainda que os dados constantes no documento correspondem aos dados oficiais à data, esclarecendo que eventuais alterações futuras — nomeadamente a situação administrativa decorrente da alteração do número de freguesias, que após as próximas eleições passará de quatro para cinco — serão devidamente consideradas e revistas aquando do processo de monitorização da Carta Educativa. -----

De seguida, os técnicos da empresa responsável pela elaboração da Carta Educativa BizFuture, procederam a uma breve apresentação do documento, destacando os principais aspetos e conclusões. -----

Terminada esta apresentação, houve espaço para as intervenções com dúvidas, questões e para novos contributos. Tomou a palavra Marília Rodrigues, que apresentou os pontos com os quais a Direção da Status manifesta discordância relativamente ao conteúdo da Carta Educativa, ou que considera poderem encontrar-se desatualizados, centrando a sua intervenção em três aspetos principais. Em primeiro lugar, referiu a forma como o território foi concebido e interpretado no documento, salientando a necessidade de uma reavaliação desse enquadramento. Em segundo lugar, abordou a questão dos dados constantes na Carta, que, segundo indicou, não refletem totalmente a realidade atual, nomeadamente a referência à Associação Concretizar como entidade de formação profissional, informando que esta cessa funções há cerca de dois anos; a menção à Konkrets, entidade certificada nas áreas indicadas, mas que não realiza atualmente formação na Lousã, tendo inclusive transferido a sua sede para outro concelho; e, por fim, a Emequatro, empresa que detém o alvará da Status efetivamente dinamiza formação modular, mas também esta não executa nenhuma formação na região. Referiu-se ainda que a Emequatro tem também como responsabilidade o Centro Qualifica da Lousã, tendo-se destacado que os dados apresentados não estão corretos, e que estamos disponíveis para enviar os dados corretos/atualizados. Neste seguimento é esclarecido pelos técnicos da empresa que procedeu a apresentação do documento, que aquilo que muitas vezes acontece é que os dados que são reportados pela DGeTE muitas das vezes são representados em ano letivo e, na maioria das vezes, estas formações são em ano civil, e depois há sempre discrepância nesses dados. No que diz respeito às entidades formadoras, acredita que seja desatualização do site da DGERT (Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho), onde são consultadas as entidades que estarão com autorização de formação ativa e que havendo essa informação, e depois de ser remetida por escrito, será feita essa correção. Marília Rodrigues para terminar, faz uma última referência dizendo que a partir da página 180, as ações e projetos previstos, referem apenas os que são desenvolvidos em conformidade com os planos do Agrupamento, sem nunca referir os projetos muitas vezes apresentados à comunidade pela Status. A este propósito, é esclarecido pelo Dr. Hugo da BizFuture, que muitas vezes o que é solicitado nestes documentos são os projetos do Agrupamento, porque sendo uma Carta Educativa, a referência ao Agrupamento é exatamente por ser onde o município detém competência para atuar, mas já foi feito o mesmo procedimento em outros municípios e sempre que existe ensino privado, é possível incorporar no documento essas novas informações, pelo que se aguardaria por esses contributos. -----

Para além dos contributos da Status, em sede CME, foram também remetidos por escrito contributos e propostas de alteração da ACTIVAR e CCDR. Ainda em relação à desagregação das freguesias, o Dr. Hugo referiu que colocará a questão à DGeTE sobre qual o procedimento a ter, se teremos de ter em consideração o processo de

desagregação das freguesias, ou se não se deve considerar, uma vez que a carta terá parecer favorável antes dessa desagregação, ainda que em termos objetivos não terá grandes implicações no documento. -----

De seguida toma a palavra a subdiretora do Agrupamento, Olga Quaresma, que em nome do Diretor do Agrupamento, felicita a Câmara Municipal pelo documento e pela visão para o Concelho, referindo que o AEL contribuiu com todos os dados que foram solicitados, permitindo que fossem fornecidos dados para enriquecer o documento. O Dr. Hugo esclareceu ainda que dados como número de alunos ou número de recursos humanos, muitas vezes diferem dos números que são dados pela DGEstE, uma vez que são dados muito dinâmicos e os que devem ser considerados são sempre os da DGEEC (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência), que para todos os efeitos, são os oficiais. -----

De seguida toma a palavra o Prof. Miguel, representante do pessoal docente do ensino básico. Na parte do documento onde se refere à análise SWOT, nos pontos fracos, mais especificamente onde se fala dos estudantes de Foz de Arouce que saem do município para estudar, questiona onde está essa informação no documento e pergunta também se na análise que fizeram da projeção da população, tiveram em conta o MetroBus, porque considera que esse é um fator que terá algum impacto e não lhe pareceu que estivesse também espelhado no documento. O Dr. Hugo explica que em relação aos 600 alunos que estudam em Coimbra é também clarificado que não são alunos do Ensino Básico, mas que são alunos que estudam fora do concelho, mas que residem na Lousã e podem ser incluídos aqui alunos que estudam no Ensino Superior. Reforça que estes dados são dados dos censos de 2021 e são esses dados que são considerados os oficiais. Relativamente à União de Freguesias de Foz de Arouce e de Casal de Ermio, não tendo nenhum equipamento escolar, não se pode dizer com certeza que eles vêm estudar todos para o concelho, mas consegue-se ver através desses dados de 2021 dos Censos, que embora possam estar desatualizados, parte deles estudam fora do concelho. Relativamente às projeções da população, estas não são da autoria da empresa BizFuture enquanto equipa, mas são cedidas pela CCDR Centro em parceria com a Universidade de Coimbra e a Universidade de Aveiro e que não tiveram em consideração a situação do MetroBus, sendo que o fator que tiveram em consideração foi o saldo migratório. O professor Miguel deixa também algumas notas sobre o que considerava interessante incorporar na Carta Educativa, dando como exemplo dados das populações nas localidades onde deixou de existir estabelecimentos de ensino e deixa uma reflexão sobre as vantagens, a seu ver, da escola de proximidade. -----

De seguida toma a palavra João Canossa da ARCIL que faz referência ao conteúdo relativo à Educação Especial, cujo texto apresentado indicava que esta "visa a recuperação e integração socioeducativa dos indivíduos com necessidades educativas específicas devidas a deficiências físicas e mentais; integra atividades dirigidas aos educandos e ações dirigidas às famílias, aos educadores e às comunidades", manifestando a discordância relativamente à designação de "modalidade especial", por considerar que esta não se encontra alinhada com o atual enquadramento legal da Educação Inclusiva em Portugal, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho. -----

Terminada esta intervenção, toma a palavra Ana Ferreira, Presidente da Assembleia Municipal, que solicita um esclarecimento relativamente à ausência de dados no que diz respeito à oferta de Ensino Superior no Concelho, ainda que sejam apenas CTeSPs (Curso Técnicos Superiores). O Dr. Hugo refere que pode ser incluído um parágrafo no documento, mas não tendo a DGEstE a tutela desta oferta, não é obrigatório estar incorporada essa informação. -----

Por fim toma a palavra a Ana Ester Dias que refere que a CCDR participa em vários Conselhos Municipais e têm recebido as Cartas Educativas de vários municípios da região centro e pode dizer que este documento está bem organizado e claro. Entende que neste tipo de processos existe um guião e os guiões são para ser seguidos, mas naturalmente todas as considerações devem ser feitas e tidas em conta. Ainda assim sugere que se façam algumas alterações, alterações essas já remetidas por escrito. ---

O Dr. Hugo termina referindo que este é um documento estratégico do município, não é um documento estanque. Será alvo de monitorização e não de revisão, porque isso obrigaria que a DGEstE tivesse de emitir um parecer para homologar. A vereadora corrobora e agradece todos os contributos. Terminada as intervenções e contributos, a Sra. Vereadora avançou para o parecer ao documento, com a ressalva que todos os contributos apresentados na reunião, e que deverão ser remetidos por escrito, serão incorporados no documento. Coloca assim a questão ao Conselho se este emite ou não um parecer favorável à Carta Educativa. O documento tem parecer favorável de todos os conselheiros com exceção da STATUS – Escola Profissional, que dá parecer não favorável. -----

Ainda que totalmente respeitada e devidamente registada a posição assumida pela representante da STATUS, a mesma foi informada de que, do ponto de vista procedimental, a STATUS não teria direito a voto, o que, de todo o modo, não teria impacto no sentido da decisão global, uma vez que a maioria se pronunciou favoravelmente. Ficou assegurado o registo explícito e integral, em ata, da posição da STATUS, tal como aqui se concretiza, reforçando-se a importância do envio de todos os contributos para a finalização da proposta da Carta Educativa, para posterior envio à DGEstE, para aprovação. -----

A Sra. Vereadora agradece mais uma vez a presença dos técnicos da BizFuture e avança para o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, Informações. -----

Da parte da Câmara Municipal dá conhecimento da elaboração do Perfil de Saúde da Lousã, documento que constitui o volume I do que será a Estratégia de Saúde do município, documento que foi previamente partilhado com todos os conselheiros. Neste âmbito deu a conhecer que também foi assinado com diferentes entidades parceiras um projeto de uma rede jovem de intervenção em saúde mental. Dá também nota que já teve lugar a primeira reunião do Conselho Municipal de Saúde, onde ficou definida a constituição do conselho e aprovado o seu regimento. Dá também nota do balanço do primeiro ano de funcionamento do Teatro Municipal, com quase 29 mil pessoas envolvidas, o que inclui os alunos que participaram nas atividades direcionadas para as escolas. Neste seguimento refere também que o Festival de Marionetas tem início já na próxima semana que será aberto à comunidade e haverá atividades direcionadas para as crianças do pré-escolar e 1.º CEB. Está também já desenhada a programação até ao final do ano, já com a programação e Natal para as escolas fora e dentro do teatro que atempadamente e serão comunicadas e divulgadas às escolas, bem como as atividades de interrupção letiva no âmbito das Férias Ativas. Dá também a informação que estão a decorrer as reuniões entre a autarquia, jardins de infância e encarregados de educação, de ponto da situação e oportunidade de melhoria, no âmbito das atividades de Animação e Apoio à Família – AAAF, -----

Não havendo mais intervenções para este ponto, passa-se ao ponto 2 da Ordem de Trabalhos – Balanço Ano letivo 2025/2026. -----

Toma a palavra Olga Quaresma que começa por fazer um ponto de situação relativamente a este primeiro mês de início de ano letivo, destacando a falta de algumas orientações e de resposta a problemas das escolas, devido à reestruturação dos serviços centrais que passaram a estar centralizados na Agência para a Gestão do Sistema Educativo (AGSE). Esta alteração trouxe uma sobrecarga administrativa quer para as direções das escolas quer para os serviços administrativos o que se traduziu num início de ano muito complicado. Refere que já foram lançados até à data, 64 horários, feitas 97 colocações, e ainda há turmas sem aulas por não ser possível compatibilizar horários em regime de suplência, sem que tal implique uma reestruturação profunda de horários em várias turmas e escolas. As orientações da medicina do trabalho e a interpretação restritiva dos apoios no artº 79º do ECD, condicionam muito os alunos referenciados para apoios de reforço das aprendizagens. Considera que a autonomia das escolas deveria ser respeitada, assim como a capacidade dos diretores negociarem com os docentes as melhores soluções para os alunos, sem prejuízo das condições de saúde. Refere também que ainda não há verbas atribuídas aos CRI, pelo

que os alunos estão sem terapias, já reclamado pelo AEL, mas ainda sem resposta. Também não há ainda verba de reforço para o kit digital, estando em falta 347 computadores, embora já tenha sido exposto pelo AEL, mas até este momento não se obteve resposta. De seguida passa para um balanço mais específico em termos de dados quantitativos (apresentação em anexo), nomeadamente acerca do n.º de alunos, n.º alunos estrangeiros, n.º de turmas, n.º alunos com ASE, N.º Alunos NEE, dados de nacionalidade, entre outros. -----

De seguida passou-se a palavra à Marília Rodrigues da Status. No âmbito do balanço do início do ano letivo, foi apresentada a seguinte informação: Encontra-se matriculado um total de 185 alunos, distribuídos por 12 turmas, correspondentes a 4 turmas de 10.º ano, 4 turmas de 11.º ano e 4 turmas de 12.º ano. A percentagem de alunos estrangeiros inscritos na escola é de 21,08%. Foi ainda referido que todos os docentes e formadores se encontram contratados. Relativamente ao funcionamento do ano letivo, foram assinalados alguns constrangimentos relativos ao horário dos transportes ao final da tarde para Vila Nova de Poiares, manifestados por alunos e Encarregados de Educação. Verificou-se a supressão de um autocarro que anteriormente saía da Lousã entre as 17h40 e as 17h50, o qual transportava os alunos após o término das aulas na Status, pelas 17h30. Estes constrangimentos foram já comunicados ao Município de Vila Nova de Poiares e à CIM Região de Coimbra, reforçando que o município de Vila Nova de Poiares, solicitou esse transporte à empresa que presta o serviço e foi dada a informação que efetivamente estão a ser feitos ajustes, mas até ao momento esse transporte ainda não existe. -----

Terminada a intervenção da Status passou-se a palavra ao João Canossa que informa que em relação ao financiamento do CRI este mantém-se o mesmo. Informa também que já realizaram o rastreio de linguagem aos alunos que estão no 2.º ano e os resultados são maus, ou seja, têm vindo a piorar ao longo dos 4 anos em que o rastreio é aplicado. Neste sentido pondera-se implementar algum tipo de intervenção em sala para todos os alunos, e ainda que o CRI seja para trabalhar com alunos com medidas adicionais, em articulação com o AEL pensou-se em fazer uma intervenção piloto para perceber se fazia ou não sentido e reforça que estão disponíveis para avançar. Partilha também da questão que cada vez há mais alunos com dificuldades graves e torna-se mais difícil apoiar todos quer no CRI quer na resposta do ATL. Dá conhecimento do Movimento de Inclusão Ativa, que basicamente é um grupo de pais que fez uma exposição à Assembleia da República, no sentido de sugerir que talvez seja importante que também as famílias que têm crianças nesta situação, possam também de alguma forma reivindicar mais apoios. Neste seguimento dá também conhecimento de canais onde os pais podem apresentar uma queixa formal de problemas de entidades que falham, e que partilhará o site com todos os conselheiros. -----

A Sra. Vereadora reforça uma vez mais que ao longo destes anos e em quase todos os Conselhos Municipais, ficou entregue à DGEstE e comunicado superiormente as questões relativas à preocupação com a Educação Especial. Relembra que este assunto já foi levado à discussão em várias reuniões, quer com a Segurança Social, quer com a Associação Nacional de Municípios, quer com a Comunidade Intermunicipal e de facto é importante haver essa mobilização por parte dos pais e das famílias. Recorda igualmente que este ano, em reunião de Câmara, foi aprovado por unanimidade, um documento para seguir para o Ministério, relativamente à necessidade da revisão do rácio. Em relação ao Rácio dos Assistentes Operacionais, o município já dá resposta acima do rácio, e encontra-se a reforçar ainda essa resposta através de candidatura a medidas do IEFP a título de exemplo. Relembrou, ainda, que o Município aprovou mais uma vez um apoio extraordinário à ARCIL, para poder reforçar o apoio a crianças com necessidades especiais em horário pós-letivo. -----

Terminada estas notas passou-se a palavra a João Cruz que fez um breve ponto de situação relativamente aos Transportes no início do ano letivo. Com a alteração da empresa que presta o serviço de transportes, ouve também alguns constrangimentos relativamente a horários e linhas, havendo a necessidade de fazer ajustes de horários e paragens. Dá também algumas notas em termos de aumento do número de passes escolares em relação ao ano passado, em que se passou de 480 para cerca de 580

passes. Fez também alguns esclarecimentos relativamente aos procedimentos de carregamento dos passes. A Sra. Vereadora toma a palavra e refere que a questão de continuidade das vigilantes em algumas das linhas será um assunto que deve ser discutido futuramente em sede de CMEL. -----

De seguida toma a palavra Fatima Costa que começa por fazer um ponto de situação geral relativamente a refeições e fruta escolar, n.º de alunos com ASE e n.º de alunos em AAAF, destacando que, neste último, verifica-se lista de espera no JI das Fontainhas e JI de Santa Rita. -----

Em relação aos projetos para o ano letivo 2025/2026 toma a palavra Vânia Moreira que dá nota que todos os projetos previstos se encontram na fase de preparação como estava inicialmente definido e não se têm encontrado constrangimentos significativos. Em relação ao Toque e Tom este também iniciou em todos os JI de forma tranquila, já nas AAAF e nas AEC tem-se sentido algum absentismo que em algumas situações não tem sido possível solucionar com as substituições que estariam previstas e têm sido encontradas outras situações que devem ser de carácter pontual. -----

Ainda no balanço do ano letivo por parte da Câmara Municipal toma a palavra Carlos Batista que faz breve ponto de situação em relação à obra da Escola Secundária. De uma forma geral as fases da obra encontram-se dentro dos prazos previamente estabelecidos. A vereadora informou, a este propósito, que o projeto da EB2 se encontra pronto a avançar, dependendo o início da obra do esclarecimento relativamente ao instrumento de financiamento por parte da tutela, uma vez que foram alteradas as regras de financiamento, encontrando-se a aguardar a abertura de novo aviso. -----

No seguimento desta intervenção, e terminado este ponto, Catarina Lemos, representante da Associação de Estudantes da Escola Secundária questiona se está salvaguardado a realização das aulas de desporto, aquando do início das obras no pavilhão n.º 2 e também se está previsto algum projeto do IPDJ nas Escolas para este ano letivo, ao que é respondido que todas as situações de garantir os espaços para continuidade das atividades letivas foram previamente tidas em conta e salvaguardadas pelas equipas responsáveis. Em relação ao IPDJ, e uma vez que não está representado nesta reunião, que a questão será colocada por email e dado posterior conhecimento. -----

De seguida, usou da palavra a representante do Ensino Secundário, Maria Leonor Simões, que interveio no sentido de solicitar a melhoria das condições existentes no Bloco A da Escola Secundária, as quais considera insatisfatórias para docentes e alunos. Referiu a existência de diversos problemas técnicos, nomeadamente com o projetor e o quadro interativo, bem como dificuldades relacionadas com as fechaduras das portas e com as condições térmicas das salas, salientando ainda que alguns equipamentos não se encontram em funcionamento. Mencionou que, num espaço com um número elevado de alunos, estas situações contribuem para a dispersão e dificultam o normal decorrer das atividades letivas, apelando, por isso, à resolução destas questões, de forma a assegurar condições mínimas de trabalho a professores e alunos. A subdiretora responde que sempre que são reportadas situações relativamente a avarias técnicas como computadores ou cabos, elas são resolvidas até porque existem dois técnicos na escola para esse fim. Em relação aos projetores são aqueles que o Ministério da Educação entregou, reconhecendo que não são da melhor qualidade, mas que são coisas que ultrapassam o domínio quer do Agrupamento quer da Câmara. A Sra. Vereadora apela à compreensão de todos em relação à obra e à comunicação eficaz entre todos os intervenientes. A professora Maria Leonor Simões termina reforçando que está sensível aos fatores externos e que não podem ser controlados, como o calor e o barulho das obras, mas apela que, pelo menos, pequenas coisas como manutenções e reparações em que é possível intervir, se tenha essa especial atenção, ficando claro que todas estas referências são da competência do Agrupamento, estando a câmara disposta a apoiar no que for possível, dentro do limite do que são as intervenções. -----

Passou-se então ao ponto Outros Assuntos, começando a Sra. Vereadora por fazer referência que foram aprovados em reunião de Câmara dois projetos, um de

6 ter
Vânia

intervenção no Jardim de Infância de Serpins e outro de requalificação da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro. De seguida, referiu que, sendo este o último CMEL em que participa, deseja expressar o seu agradecimento a todos os conselheiros e à Equipa da Educação, pelo trabalho desenvolvido e pela colaboração ao longo do mandato. Dirigiu igualmente um agradecimento especial à Sra. Presidente da Assembleia, Ana Ferreira, pelo apoio prestado, quer de forma direta, quer indireta, destacando a importância dos contributos da Assembleia, de forma direta e indireta, para o bom funcionamento do Conselho. Por fim, manifestou o seu reconhecimento a todos os parceiros pela colaboração demonstrada, em nome do executivo municipal, em nome próprio enquanto Vice-Presidente e Vereadora, e também a título pessoal, enquanto munícipe e professora. A subdiretora do Agrupamento usa da palavra para também ela, em nome da Direção do Agrupamento, ler uma nota de reconhecimento (anexo à ata). -----

Não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Vereadora agradece e encerra a reunião pelas 17h10. -----

A presente ata vai ser assinada pelo Sra. Vereadora da Câmara Municipal da Lousã e por mim, Vânia Moreira, secretária do CMEL. -----

Nota 1 – No que diz respeito a informação de que a Status não teria direito a voto, suscitada a dúvida após a reunião sobre a matéria em causa, num inequívoco empenho e boa fé do Município na adoção dos procedimentos mais corretos e da total valorização da participação de todos os membros do CMEL, foi posteriormente consultada a DGEST, cujo representante não esteve presente na reunião, que, não obstante a dificuldade de análise da situação se pronunciou, ainda que informalmente, a favor do reconhecimento do direito a voto da STATUS, pelo que é devida, aqui, a necessária correção, lamentando o Município o lapso que, com a mesma transparência e boa fé, se assume e se dá por corrigido, sem prejuízo da necessidade de se rever o regimento à luz da legislação em vigor.

Nota 2 – Posteriormente à realização da reunião foi enviada carta da STATUS, pedindo a sua anexação à ata que, apesar de extemporânea, se reproduz no Anexo I, por se considerar poder conter matéria de fundamentação complementar da posição da STATUS da matéria em causa não sendo, todavia, objeto de resposta que, a existir, deve ser feita em sede própria pelo destinatário.

A VEREADORA DA EDUCAÇÃO


Henriqueta Oliveira

A SECRETÁRIA DA REUNIÃO


Vânia Moreira

